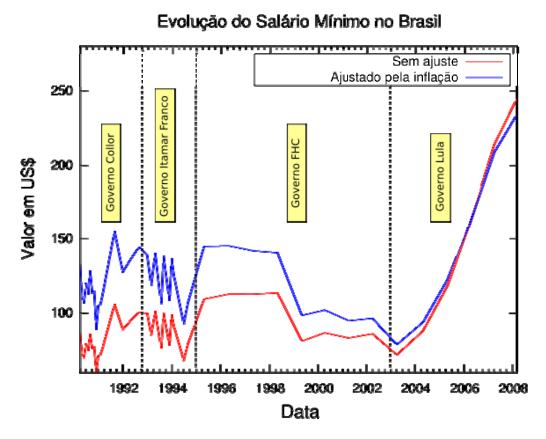
2 Aspectos práticos

2.1.O perfil dos domicílios de baixa renda

Figura 1 – Evolução do salário mínimo no Brasil



Fonte: Wikipédia e site fazenda.gov.br, Brasil, 2008.

A Figura 1 mostra que, após uma queda entre os anos de 1999 e 2003, o valor transformado em dólares americanos do salário mínimo no Brasil cresceu de forma constante de 2003 a 2008. Nesse último período, o poder aquisitivo da população brasileira vem aumentando devido ao crescimento da renda, da aplicação dos programas sociais e da concessão de crédito.

Sobre o aumento da concessão de crédito, segundo estudo divulgado pela agência classificadora de risco Austin Rating, o total de dinheiro liberado aos consumidores em forma de empréstimos e financiamentos aumentou 117,6% entre 2004 e 2007 (http://br.pfinance.yahoo.com/071226/22/gjigl6.html).

No Brasil, de acordo com os dados divulgados pelo IBGE (Censo 2000), os domicílios cujo rendimento do seu responsável é inferior a 3 salários mínimos representam 64% do total (sendo o responsável do sexo masculino em 46% e do sexo feminino em 18% dos casos).

Quanto ao grau de instrução da população desta faixa de renda, 48% residem em domicílios onde o responsável não tem instrução ou tem até o primeiro grau incompleto (0-3 anos de instrução), 33% possuem segundo grau incompleto (4-7 anos de instrução) e 18% têm, pelo menos, o segundo grau completo (8 anos de estudo ou mais), ainda segundo dados do IBGE (2000).

Quanto à localização, 77% concentram-se em áreas urbanas e 23% em áreas rurais.

Quanto ao gênero e faixa etária, segue, abaixo, tabela (Tabela 1) com o perfil dos responsáveis pelos domicílios com renda de até 3 salários mínimos:

Tabela 1 - perfil dos responsáveis pelos domicílios com renda de até 3 salários mínimos

	De 10 até 44	Acima de 45	Total acima de		
	anos	anos	10 anos		
Homens	26 %	20 %	46 %		
Mulheres	7 %	11 %	18 %		
Total	33 %	31 %	64 %		

Fonte: IBGE (Censo 2000).

Com relação à quantidade de moradores, 50% dos domicílios de baixa renda possuem 5 ou mais. Nos demais domicílios (com renda acima de três salários mínimos) somente 38% têm 5 ou mais pessoas.

Casa ou cômodo representa 96% dos domicílios de baixa renda (contra 79% nos demais, ou seja, de rendas mais altas), dos quais 24% não têm banheiro (contra 4% nos demais). Aproximadamente 14% dos domicílios de baixa renda não têm nenhum rendimento.

Em função da informalidade de emprego, a entrada de renda no domicílio é inconstante. Quando sobra algum dinheiro, o consumidor de baixa renda pode apresentar dois comportamentos: adquirir algo que não conseguiria em outra ocasião de "vacas magras" (mais usual) ou comprar mais do mesmo item, aproveitando ofertas para estocar - este comportamento sendo mais comum na classe média (http://pensandomarketing.com/home/id98.html).

Ainda, conforme levantamento realizado pelo IBGE no último censo (2000), mais de 60% da população brasileira é considerada de baixa renda, sendo essa a parcela do mercado de consumo a conviver com a falta de recursos (Hill, 2002).

Não é correto pensar que as pessoas mais pobres estão somente preocupadas em suprir suas necessidades básicas. Em vez disso, gastam dinheiro com bens muitas vezes vistos como supérfluos. Cite-se como exemplo que, em várias partes do mundo, as populações mais pobres gastam cerca de 7% de sua renda em telecomunicações (Prahalad, & Hammond, 2002).

2.2. POF - Pesquisa de Orçamento Familiar e PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

O objetivo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, a última delas em 2008, é o da disseminação de informações atualizadas para retratar a situação socioeconômica da população do país.

A PNAD é realizada anualmente, investigando, de forma permanente, os temas habitação, rendimento e trabalho, associados a aspectos demográfico e educacional e, com periodicidade variável, por meio de pesquisas suplementares, outros assuntos de caráter demográfico, social e econômico.

A pesquisa realizada neste trabalho tem seu foco na extensão do endividamento dos indivíduos, assim como, complementarmente, na estrutura orçamentária, despesas, rendimentos e gastos da população.

Tabela 2 - Extensão do endividamento dos indivíduos

Sexo e	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
classes de rendimento mensal	Grandes Regiões					
(em salários mínimos)	Brasil -	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
	Núme	ros absolutos (1 00	0 pessoas)			
Total (1)	160 561	12 231	44 124	68 919	23 710	11 578
Até 1 salário mínimo	40 024	3 455	17 385	12 312	4 301	2 572
Mais de 1 a 2 salários mínimos	34 401	2 405	6 948	16 365	6 055	2 628
Mais de 2 a 3 salários mínimos	13 434	785	1 769	7 358	2 565	957
Mais de 3 a 5 salários mínimos	10 573	580	1 343	5 774	2 122	754
Mais de 5 a 10 salários mínimos	6 571	325	840	3 588	1 270	549
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2 560	97	356	1 359	471	277
Mais de 20 salários mínimos Sem rendimento (2)	945 49 933	32 4 444	132 15 042	492 20 294	157 6 561	132 3 593
Homens (1)	77 495	6 076	21 345	32 926	11 464	5 684
Até 1 salário mínimo	16 509	1 530	7 917	4 476	1 592	994
Mais de 1 a 2 salários mínimos	18 754	1 518	3 979	8 602	3 106	1 548
Mais de 2 a 3 salários mínimos	8 517	532	1 080	4 649	1 621	635
Mais de 3 a 5 salários mínimos	6 822	388	826	3 741	1 377	490
Mais de 5 a 10 salários mínimos	4 184	210	509	2 283	846	336
Mais de 10 a 20 salários mínimos	1 745	71	238	926	328	183
Mais de 20 salários mínimos	700	24	97	361	120	98
Sem rendimento (2)	19 024	1 735	6 510	7 096	2 355	1 328
Mulheres (1)	83 066	6 154	22 778	35 993	12 246	5 894
Até 1 salário mínimo	23 515	1 924	9 467	7 836	2 709	1 578
Mais de 1 a 2 salários mínimos	15 647	886	2 969	7 763	2 949	1 080
Mais de 2 a 3 salários mínimos	4 917	253	689	2 709	944	322
Mais de 3 a 5 salários mínimos	3 751	192	518	2 033	744	264
Mais de 5 a 10 salários mínimos	2 387	115	331	1 305	424	213
Mais de 10 a 20 salários mínimos	815	26	118	433	143	94
Mais de 20 salários mínimos Sem rendimento (2)	244 30 908	8 2 709	35 8 532	131 13 198	37 4 205	34 2 264
Sem rendimento (2)	30 908			13 136	4 205	2 202
		Números relativos				
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 salário mínimo	24,9	28,2	39,4	17,9	18,1	22,2
Mais de 1 a 2 salários mínimos Mais de 2 a 3 salários mínimos	21,4 8,4	19,7 6,4	15,7 4,0	23,7 10,7	25,5 10,8	22,7
Mais de 2 a 3 salarios mínimos Mais de 3 a 5 salários mínimos	6,6	4,7	3,0	8.4	8,9	8,3 6,5
Mais de 5 a 10 salários mínimos	4.1	2.7	1.9	5.2	5.4	4.7
Mais de 10 a 20 salários mínimos	1,6	0,8	0,8	2,0	2,0	2,4
Mais de 20 salários mínimos	0,6	0,3	0,3	0,7	0,7	1,1
Sem rendimento (2)	31,1	36,3	34,1	29,4	27,7	31,0
Homens (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 salário mínimo	21,3	25,2	37,1	13,6	13,9	17,5
Mais de 1 a 2 salários mínimos	24,2	25,0	18,6	26,1	27,1	27,2
Mais de 2 a 3 salários mínimos	11,0	8,8	5,1	14,1	14,1	11,2
Mais de 3 a 5 salários mínimos Mais de 5 a 10 salários mínimos	8,8 5.4	6,4 3.5	3,9 2.4	11,4 6.9	12,0 7.4	8,6 5.9
Mais de 5 a 10 salarios mínimos Mais de 10 a 20 salários mínimos	2,3	1,2	1,1	2,8	2,9	3,2
Mais de 10 a 20 salários mínimos Mais de 20 salários mínimos	0,9	0,4	0,5	1,1	1,0	1,7
Sem rendimento (2)	24,5	28,5	30,5	21,6	20,5	23,4
Mulheres (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 salário mínimo	28,3	31,3	41,6	21,8	22,1	26,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	18,8	14,4	13,0	21,6	24,1	18,3
Mais de 2 a 3 salários mínimos	5,9	4,1	3,0	7,5	7,7	5,5
Mais de 3 a 5 salários mínimos	4,5	3,1	2,3	5,6	6,1	4,5
Mais de 5 a 10 salários mínimos	2,9	1,9	1,5	3,6	3,5	3,6
Mais de 10 a 20 salários mínimos Mais de 20 salários mínimos	1,0 0,3	0,4 0,1	0,5 0,2	1,2 0,4	1,2 0,3	1,€ 0,€
iviais de 20 salarios minimos	0,3	0,1	0,2	0,4	0,3	0,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008.

- (1) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento.
- (2) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

O sistema financeiro pode ser visualizado como um "cassino" onde as instituições financeiras estão apostando todo o tempo. Os juros cobrados através de empréstimos financeiros por estas instituições são tão altos, que basta que em torno de 30% dos devedores paguem seus débitos aos bancos para que estes últimos já tenham lucro nesse tipo de operação.

Nas tabelas referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2008), a maior parte das despesas, na área urbana, refere-se a alimentação e moradia. Alimentação e moradia são necessidades respectivamente fisiológicas e de segurança, isto é, as necessidades mais básicas a serem atendidas, segundo a Pirâmide de Maslow, na hierarquia das necessidades dos indivíduos.

Necessidade de auto-realização (desenvolvimento pessoal, conquista)

Necessidade de Estima (auto-estima, reconhecimento, status)

Necessidades Sociais (relacionamento, amor, fazer parte de um grupo

Necessidade de Segurança (defesa, proteção, emprego, abrigo)

Necessidades Fisiológicas

Figura 2 - Pirâmide de Maslow

Fonte: http://novo-mundo.org/log/wp-content/uploads/maslow.jpg, acesso em 22/06/09.

Deste modo, pode-se inferir que as classes menos favorecidas, a fim de suprirem principalmente estas necessidades, as quais constituem suas maiores despesas, necessitam de dinheiro e o buscam onde ele estiver disponível mais facilmente.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008 (IBGE), fica claro que a população brasileira que tem rendimento de em torno de 1 salário mínimo concentra seus maiores gastos médios mensais em habitação, alimentação e transporte. Pode-se inferir que alimentação, moradia e transporte são itens indispensáveis no dia-a-dia desta e de qualquer outra classe social.

Já no outro extremo, quando se trata da população brasileira que tem renda superior a R\$6.000,00 por mês, a maior concentração de gastos médio mensal é com habitação, transporte, aquisição de veículos, alimentação, aumento do ativo e impostos. Isto é, apesar de os itens básicos, tais como alimentação, transporte e habitação também estarem presentes como os maiores do ranking de despesas, outros itens quase tão significativos quanto estes primeiros também surgem, como a aquisição de veículos, o aumento do ativo e os impostos, itens estes supérfluos e não presentes nos maiores números do ranking das classes menos favorecidas da população.

O sistema financeiro, na atualidade, sobrevive com a filosofia de "cassino", isto é, apostando todo o tempo. Sabe-se que, mesmo que apenas em torno de 30% dos devedores quitem seus empréstimos junto a bancos e provedores de microcrédito pessoal, as empresas deste ramo já estarão obtendo lucro real no seu negócio-fim. Ainda assim, o processo de liberação de um limite de empréstimo pelas financeiras passa por uma análise do CPF (Cadastro de Pessoa Física) do cliente, para verificação de outros possíveis débitos pendentes ou não quitados, nome no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) ou SERASA, histórico financeiro e bancário, e outros instrumentos de controle. Após tal verificação, o sistema da financeira indica se a pessoa é um cliente potencial da empresa ou se não será possível conceder crédito a essa pessoa.

Tabela 3 – Relação Empréstimos Pessoais/PIB

(%)

	1000	100=	
Países	1990	1997	2005
EUA	144	199	260
Reino Unido	116	120	166
Alemanha	89	110	112
França	94	82	94
Japão	196	192	99
China	88	98	115
Índia	25	24	41
Brasil	24	29	31
Argentina	16	22	12
Chile	47	56	66
México	17	26	18

Fonte: Banco Mundial

Como pode ser visto na Tabela 3, a relação empréstimos/PIB, no Brasil, até 2005, era de 31%, ou seja, menos de um terço do PIB.

No Brasil muito se vem discutindo sobre a importância de aumentar essa relação, o que pressupõe, também, democratizar o crédito para parcelas mais humildes da sociedade brasileira, que, como se sabe, é praticamente excluída do sistema bancário tradicional (Soares e Sobrinho, 2008). A ausência de uma conta bancária para grande parte dos brasileiros é uma realidade.

Em novembro de 2004 foi criada uma medida provisória (número 226) que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares. O PNMPO tem por finalidade específica disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.

A pesquisa Taxa de Endividamento do Consumidor de Maceió, realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas (Fecomércio/AL), na região nordeste do Brasil, indica que o percentual de pessoas que contraíram qualquer tipo de dívida em junho de 2009 foi de 83,74%. Essas dívidas são referentes a cheques prédatados, cartões de créditos, carnês de lojas, empréstimos pessoais e outras modalidades de dívidas.

Com relação às contas atrasadas, a pesquisa constatou que o percentual de consumidores foi de 38,83% em junho. O motivo que mais contribuiu para o não pagamento das contas foi a falta de controle financeiro, com 43,98% dos casos analisados.

As mulheres apresentaram maior percentual de contas atrasadas (39,20%). Com relação à idade, os consumidores com maior índice de contas em atraso foram aqueles com mais de 35 anos (44,54%). Quanto ao nível de escolaridade, a maior inadimplência aparece entre os que possuem ensino superior completo (42,65%) e, por renda familiar, entre os que ganham acima de dez salários mínimos (42,86%). Estes resultados nos mostram que não somente as classes menos favorecidas da população contraem dívidas, entrando na chamada "bola de neve" para quitá-las. Tal fato ocorre também—entre a população pertencente a classes mais pobres.

No que diz respeito ao tempo de atraso das contas dos entrevistados, 48,85% responderam que possuem alguma conta com pagamento atrasado em até 30 dias.

O comprometimento da renda dos endividados, no mês de junho, ficou em 24,12%. As mulheres foram as que mais contribuíram para este resultado (24,47%). Neste contexto, os consumidores com maior taxa de comprometimento de renda para o pagamento de dívidas estão na faixa etária acima de 35 anos, possuem Ensino Médio completo e renda entre cinco e dez salários mínimos.

O instrumento mais utilizado para a obtenção de dívidas, no mês de junho de 2009, foram os cartões de crédito, com 82,93% do total, seguidos de carnês de lojas (38,95%) e cheques pré-datados (14,23%).

A taxa de inadimplentes em potencial alcançou 2,01%, em junho, e foi superior à de maio (1,88%). As mulheres apresentaram o maior percentual, 2,08%, contra 1,94% dos homens. No grupo dos inadimplentes estão, ainda, pessoas na faixa etária acima de 35 anos (2,97%), com ensino fundamental completo (3,6%) e renda familiar mensal acima de 10 salários mínimos (4,29%).(http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vEditoria=Econom ia&vCod=68157).